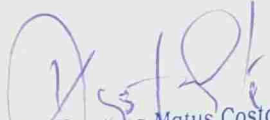


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**GRUPOS DE APOIO SÓCIO-FAMILIAR NA ASSOCIAÇÃO
EVANGÉLICA BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - AEBAS**


Prof. Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 18/07/03

GISELE GONÇALVES VILELA

Florianópolis, julho de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, elaborado pela acadêmica Gisele Gonçalves Vilela e orientado pela Professora Mestra Kátia de Macedo Rebelo.

Florianópolis, julho de 2003.

Banca Examinadora

Orientadora:

Professora Mestra Kátia de Macedo Rebelo

1º Membro Examinador:

Assistente Social Vanita Weiss

2º Membro Examinador:

Bacharel em Serviço Social Fabrícia Raimundo

NOTA FINAL:

AGRADECIMENTOS:

Aos meus pais, que sempre estiveram do meu lado, me apoiando e me motivando para que eu nunca desanimasse.

Aos meus irmãos que entre um sorriso e outro contribuíram para o meu crescimento interno.

A minha querida Vó Rita, que sempre me fez presente em suas orações, dando, quem sabe, o apoio que eu mais precisava.

Às minhas amigas, ao qual me compreendiam nas horas de mau humor e me tiravam sorrisos a força nas horas de correria.

Às colegas que conheci no decorrer do curso, e no qual, sei que estarão de uma forma ou de outra caminhando ao meu lado; estiveram presentes dia após dia compartilhando a vida universitária, nunca as esquecerei.

À professora Kátia de Macedo Rebelo que me orientou para elaboração desse trabalho, e acredito que, com toda sua paciência de mãe, me tratou como profissional e amiga.

À Assistente Social Vanita Weiss, que com toda sua paciência, me supervisionou no estágio, me passando confiança e credibilidade.

Aos funcionários da AEBAS, que considero mais que amigos, uma família, agradeço muito pela oportunidade de conhecer pessoas que amam com tanta intensidade.

Enfim a Deus e a todos que contribuíram e acreditaram não só na formação de um profissional, mas também de um ser humano melhor e na conclusão do presente trabalho.

Grupo de Apoio Sócio- Familiar na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS.

Capítulo I: Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS: Construindo uma Trajetória.

1.1 Histórico da AEBAS

1.2 Contextualizando a AEBAS na Atualidade

1.2.1 Programas em Desenvolvimento

1.2.2 Caracterizando a AEBAS na Sociedade Civil

Capítulo II: O projeto de Intervenção: Uma proposta para além da Assistência Social.

2.1 Antecedentes do Projeto

2.2 O Projeto do Grupo de Apoio Sócio-Familiar: Exigências de uma Prática sócio Educativa

2.3 A Abordagem Grupal como Escolha Metodológica

Capítulo III: O Processo Grupal: Alguns Conceitos e sua Abordagem pelo Serviço Social no Segmento Social da Família

3.1 Processo Grupal e o Serviço Social

3.2 Grupos e o Meio Familiar

3.2.1 História Social da Criança e da Família

3.2.2 As transformações no meio Familiar

3.2.3 Considerações sobre o Viver em Família na Perspectiva da
Relação Homem/Mulher

SUMÁRIO:

Lista de Siglas	IX
Introdução	10
CAPÍTULO I: Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS: Construindo uma Trajetória	13
1.1 Histórico da AEBAS	13
1.2 Contextualizando a AEBAS na Atualidade	15
1.2.1 Programas em desenvolvimento	17
1.2.2 Caracterizando a AEBAS na Sociedade Civil	18
CAPÍTULO II: O Projeto de Intervenção: Uma Proposta para além da Assistência Social	24
2.1 Antecedentes do Projeto	24
2.2 O Projeto do Grupo de Apoio Sócio-Familiar: Exigências de uma Prática Sócio-Educativa	28
2.3 A Abordagem Grupal como escolha Metodológica	31
Capítulo III: O Processo Grupal: Alguns Conceitos e sua Abordagem pelo Serviço Social no Segmento Social da Família	34
3.1 Processo Grupal e o Serviço Social	34
3.2 Grupos e o Meio Familiar	37
3.2.1 História Social da Criança e da Família	43
3.2.2 As Transformações no Meio Familiar	47
3.2.3 Considerações sobre o Viver em Família na Perspectiva da Relação Homem/Mulher	49

Considerações Finais	54
Bibliografia	56

LISTA DE SIGLAS

ACESCRI – Acompanhamento Escolar Cristão

AEBAS – Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social

AMAS – Associação Metodista de Assistência Social

AMENCAR – Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

CAS – Centro de Assistência Social

CEI – Centro de Educação Infantil

CEC – Centro de Educação Complementar

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECF – Escola Cristã de Florianópolis

HEF – Hospital Evangélico de Florianópolis

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso é o resultado da experiência de estágio, desenvolvido no período de setembro do ano de 2002 a fevereiro de 2003, no Centro de Assistência Social (CAS) da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS).

Assim, tendo sido concretizada a experiência, apresentada neste estudo, cumpre-se uma exigência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social. O Objetivo do presente trabalho é apresentar e discutir a experiência prática da intervenção profissional, vivenciada na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS), a partir do tema Grupos de Apoio Sócio Familiar. Será realizada uma análise da relação interna Assistente Social e campo de trabalho a partir da ótica teoria X prática.

Para obtenção dos objetivos propostos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica acerca do assunto, bem como pesquisa documental que normatizou a questão. Foram utilizados ainda como fonte de pesquisa, relatórios de supervisão, diário de campo e dados da própria instituição. Em complementação a metodologia adotada, este trabalho foi desenvolvido em três capítulos.

No primeiro capítulo, é apresentada a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS), desde de sua fundação, estruturação, dificuldades e vitórias em relação aos objetivos alcançados, o papel atual de que desempenha junto as comunidades circunvizinhas, os programas em desenvolvimento e por fim seu lugar na Sociedade Civil, onde é descrita como Ong (organização não governamental) ou Terceiro Setor, tendo como objetivo complementar o papel do Estado auxiliando suprimir as necessidades da base popular.

Neste mesmo capítulo, faz-se referência ao papel do Assistente Social no Terceiro Setor. Apresentando, a procura por este profissional na área, pelo fato do mesmo apresentar uma cultura multidisciplinar, atuando de forma ética, e

trabalhando com as questões sociais nas suas múltiplas expressões. O que por sua vez, Possibilita as pessoas que procuram esse setor o exercício da cidadania plena.

No segundo capítulo, busca-se situar o Projeto do Grupo de Apoio Sócio-Familiar, a partir da observação de demandas que foram levantadas pelos próprios usuários dos serviços que a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS) disponibiliza.

Baseado nessas demandas o Centro de Assistência Social (CAS) da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS), cria o Projeto e propõe um debate teórico prático sobre o assunto que não é tão recente, mas que talvez tenha sido esquecido por algumas instituições. Tal assunto é de grande relevância, uma vez que a família é o primeiro grupo social ao qual pertencemos e os vínculos existentes no seio dela devem ser fortalecidos a cada dia.

No terceiro e último capítulo, faz-se uma revisão bibliográfica a respeito do Processo Grupal, que possibilita uma visão ampla do seu contexto no âmbito do Serviço Social e como a família é trabalhada nessa abordagem. As pessoas devem estar dispostas a trabalhar em Grupos para que o mesmo possa amadurecer e crescer de fato.

Neste mesmo capítulo faz-se a distinção entre o trabalho com grupos no Serviço Social e o trabalho com comunidades. Compete ao profissional de Serviço Social ser agente facilitador para que o grupo construa alternativas de enfrentamento às situações vivenciadas.

Posteriormente, a análise da família e suas transformações é feita para que possamos perceber que não é possível adotar um único conceito para a mesma tendo em vista que ela está em constante processo de transformação. Transformações estas, que advêm do processo de mudança da própria história e sociedade.

Consequentemente, trabalha-se a questão da família na perspectiva da relação homem/mulher, a fim de ilustrar o viver em família na contemporaneidade. Abrindo novos caminhos para um viver em família menos conflituoso.

Por fim pretende-se com esse trabalho de Conclusão de Curso, abordar o tema Grupos e o Serviço Social, e a partir daí apresentar o desdobramento de uma prática profissional realizada na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS), que visa o alcance do indivíduo a um patamar mais elevado de exercício da cidadania plena.

Capítulo I: Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS: Construindo uma Trajetória

1.1 Histórico da AEBAS

Foi em fevereiro de 1955 que, aproximadamente 10 membros das Igrejas Presbiteriana e Presbiteriana Independente se uniram com a finalidade de organizarem uma sociedade para fundação e manutenção de um hospital evangélico em Florianópolis. Enfim, este era o ideal daquele grupo. Após realizada a criação da sociedade civil, com a aprovação do seu Estatuto, procurou-se ir em busca de um patrimônio e da arrecadação de fundos, que manteria a Instituição.

Os associados identificaram a necessidade da fundação de um hospital no continente, pois podia-se verificar o único hospital existente na Ilha era o Hospital de Caridade e tantos os atendimentos na área da saúde como o transporte para a chegada ao hospital eram precários.

Ainda no mesmo ano, foi constituída empossada uma diretoria provisória que por conseguinte nomeou uma comissão para realizar visitas em diversas igrejas com o objetivo de divulgar os propósitos da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS) e conseguir adesão de novos associados.

Com o passar dos anos, muitos outros objetivos, foram sendo agregados. Tendo em vista o alto custo da construção do hospital, surgiu a idéia da criação de uma maternidade. Mas esses dois projetos não poderiam ser viabilizados com

os recursos disponíveis e existentes. A alternativa foi então, a construção de um ambulatório para prestar serviços de assistência à saúde.

Em novembro de 1958, iniciou-se a prestação de serviços médicos e de enfermagem em um ambulatório, instalado a rua Felipe Schmidt. Em 1959, iniciou-se a construção do segundo ambulatório, localizado no Estreito onde a Instituição já possuía um terreno. Em 1962 com a conclusão da obra é que se começa o atendimento a população. Nesse mesmo ano, devido a baixa demanda no atendimento do ambulatório do centro, este foi desativado em funcionamento o que se situava no continente onde a procura pelos serviços eram bem definidas.

No ano de 1958, a AEBAS é reconhecida como de Utilidade Pública de acordo com a Lei Municipal 339, de 29/05/58, sendo registrada em entidades governamentais e recebe a título de doação, um terreno no Itacorubi. Em 1982, é doado, parte do terreno a AMAS (Associação Metodista de Assistência Social), contribuindo para a concretização de outro objetivo da AEBAS que era implantar um asilo para pessoas idosas. Com a outra parte do terreno, a AEBAS tinha como objetivo, implantar um hospital.

O Conselho da AEBAS toma conhecimento de que a AMENCAR (Amparo ao Menor Carente) do Brasil tem interesse em custear a criação de uma Creche, e aproveitando essa oportunidade elabora e envia um projeto a AMENCAR que foi então aprovado.

A professora Geney Takashima, então assistente social da Legião Brasileira de Assistência (LBA), tomando conhecimento da construção da creche, sugeriu convênio com o Projeto Casulo. Em 1981 foi instalado convênio com a LBA e AMENCAR. Em julho do mesmo ano foi iniciado em local provisório o

atendimento as crianças e em 24 de outubro, com a conclusão da obra, as crianças foram transferidas para a creche, consolidando a criação do Centro de Assistência Social (CAS) da AEBAS.

Em 1984 é criado o Acompanhamento Escolar Cristão (ACESCRI). Atendia crianças de 7 a 14 anos, e surge a partir das reivindicações e preocupação das famílias atendidas pelo CAS da AEBAS, já que os filhos maiores estudavam em um período e no outro ficavam sozinhos, pois as mães trabalhavam o dia inteiro.

Creche e ACESCRI, que eram conhecidos como projetos do CAS da AEBAS recebem nova nomenclatura em 2000. Nomenclatura esta, pedagogicamente mais coerente: CEI – Centro de Educação Infantil (atendimento de 3 meses a 6 anos) e CEC (centro de Educação Complementar (atendimento a crianças e adolescentes de 7 a 16 anos).

1.2 Contextualizando a AEBAS na Atualidade

O CAS atende diariamente 250 crianças e adolescentes oriundos de famílias de baixa renda da grande Florianópolis. Em seu contexto mais amplo, o trabalho realizado pelo Centro de Assistência Social, tem se refletido na vida das famílias e das crianças atendidas, bem como, das comunidades nas quais estão inseridas, pela sua ação social de assistência e resgate da cidadania.

A sustentabilidade do trabalho acontece por meio de convênios com empresas privadas (Renner, Emflotur, Biguaçu, CDL, Ondrepsb, entre outras) e com a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Além destas parcerias, tem-se o

apoio financeiro da AMENCAR (Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente) cujos recursos advêm da Alemanha em forma de apadrinhamento à criança.

Visto que a tendência dos recursos advindos do governo eram cada vez mais escassos, a AEBAS preocupou-se em criar uma alternativa de auto-sustentação ao trabalho na área da assistência social. Assim, em março de 1981, é inaugurada a ECF – Escola Cristã de Florianópolis, cuja iniciativa consiste em proporcionar uma opção diferenciada e de qualidade na educação ao mesmo tempo gerar recursos para auto-sustentação de suas ações na área da assistência social.

Por último, a AEBAS busca resgatar o projeto dos fundadores da Instituição que é a construção do HEF – Hospital Evangélico de Florianópolis – Clínica Geronto Geriátrica que ainda está em sua fase embrionária, isto é, o projeto do Hospital Evangélico de Florianópolis é composto hoje de aquisição de espaço físico, projeto arquitetônico e equipe diretiva voluntária a qual se ocupa da divulgação e angariação de parcerias e fundos monetários.

São quase cinco décadas entre o tempo em que a AEBAS foi fundada e os dias de hoje. Entre o tempo em que era tudo muito difícil e o tempo onde tudo é impossível. O mundo piorou, mas os projetos do CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA AEBAS continuam cada vez mais firmes no propósito de resgatar vidas da indignidade e da linha criminosa da pobreza e da desesperança. Missão difícil, mas que é feita com poesia, paixão e sentimento de menino correndo nas ruas da felicidade.
(Orlando L. Coutinho – Presidente da AEBAS)

1.2.1 Programas em Desenvolvimento

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

Construindo a Vida: Neste projeto são atendidas diariamente 130 crianças de 3 meses a 6 anos. Divididas em seis salas, de acordo com suas faixas etárias, elas partilham de atividades que envolvem alimentação, cuidados quanto a saúde e higiene e acompanhamento psico-pedagógico. As atividades pedagógicas por sua vez, são desenvolvidas por educadores que buscam promover a construção diária do conhecimento, partindo do concreto e do vivido de cada criança.

As atividades propostas pelo Centro de Educação Infantil objetivam: proporcionar à criança as condições necessárias ao seu desenvolvimento integral, baseado em princípios éticos-cristãos com vistas ao exercício pleno de sua cidadania; mediar o processo de construção do conhecimento da criança, visando seu início bem sucedido na vida escolar.

CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR:

Oficinas da Vida: Tal projeto atende, diariamente 120 crianças e adolescentes de 7 a 16 anos, no período contrário ao horário escolar, sendo que os mesmos participam de atividades que envolvem o acompanhamento escolar, prática desportiva, aulas de música (com canto coral, violão, flauta doce e instrumentos de percussão), orientação e cuidados de saúde e alimentação.

Este projeto tem como objetivos, proporcionar à criança e ao adolescente as condições necessárias ao seu desenvolvimento integral, baseado em princípios éticos-cristãos, com vistas ao exercício pleno da cidadania e à superação das dificuldades vivenciadas no processo ensino-aprendizagem;

musicalizar a criança e ao adolescente, proporcionando-lhes os subsídios à apreciação e expressão musical; proporcionar práticas desportivas, incentivando hábitos de atividades físicas regulares, que contribuam para uma melhor qualidade de vida.

1.2.2 Caracterizando a AEBAS na Sociedade Civil

Diante do exposto, podemos caracterizar a AEBAS como sendo uma Organização não Governamental (ONG) e que segundo TENÓRIO (1999: 11)

As ONG's caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. Têm suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com trabalho voluntário. Atuam através da promoção social, visando a contribuir para um processo de desenvolvimento que supõe transformações estruturais da sociedade. Sua sobrevivência independe de mecanismos de mercado ou da existência de lucro.

A sigla ONG corresponde a *organização não-governamental* — uma expressão que admite muitas interpretações. De um lado, a definição textual (ou seja, aquilo que não é do governo ou vinculada a ele) é tão ampla que abrange qualquer organização de natureza não-estatal.

Do ponto de vista jurídico, o termo ONG não se aplica. Nossa legislação prevê apenas 2 (dois) formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos; portanto, toda organização sem fins lucrativos da sociedade civil é uma associação civil ou uma fundação privada. Ou seja, toda ONG é uma organização privada não-lucrativa.

No entanto, nem toda organização privada não-lucrativa é uma ONG. Entre clubes, hospitais privados, sindicatos, movimentos sociais, universidades privadas, cooperativas, entidades ecumênicas e assistencialistas, fundações empresariais, associações civis de benefício mútuo etc. temos objetivos e atuações bastante distintos, às vezes até opostos.

Em âmbito mundial, a expressão surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU) após a Segunda Guerra Mundial, com o uso da denominação em inglês “Non-Governmental Organizations (NGOs)” para designar organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais.

No Brasil, a expressão era habitualmente relacionada a um universo de organizações que surgiram, em grande parte, nas décadas de 70 e 80, apoiando os movimentos sociais e organizações populares e de base comunitária, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social. As primeiras ONGs nasceram em sintonia com as finalidades e dinâmicas dos movimentos sociais, pela atuação política de proteção aos direitos sociais e fortalecimento da sociedade civil, com ênfase nos trabalhos de educação popular e na atuação na elaboração e monitoramento de políticas públicas.

Segundo o humanista Herbert de Souza:

uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (...) As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham.

Ao longo da década de 90, com o surgimento de novas organizações privadas sem fins lucrativos, o termo ONG acabou sendo apropriado por um conjunto grande de organizações que muitas vezes não guardam semelhanças entre si.

No que diz respeito ao Estado, esse vem gradativamente ausentando-se de suas responsabilidades. Frente a este cenário, a sociedade civil vem assumindo, cada vez mais, a responsabilidade do bem estar coletivo. Mas é necessário ressaltar que o Terceiro Setor (como também são chamadas as ONG's) não deve substituir o papel do Estado como formulador e executor de políticas públicas, mas complementá-lo em suas ações em consonância à Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 que em seu art. 1º fala:

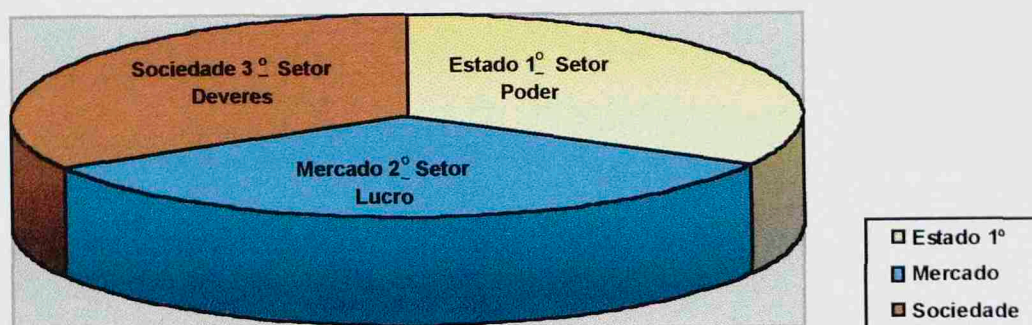
A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A organização de uma sociedade constituída comporta três âmbitos ou setores, a saber:

O **Primeiro Setor** corresponde ao poder destinado ao governo através do voto popular; o **Segundo Setor** corresponde à livre iniciativa, que opera o mercado, e se utiliza do lucro como instrumento; o **Terceiro Setor** corresponde às instituições com preocupações e práticas sociais, sem fins lucrativos, que geram bens e serviços de caráter público, tais como: ONGs, instituições religiosas, clubes de serviços, entidades beneficentes, centros sociais, organizações de voluntariado, entre outros.

Seria enganoso achar que somente o primeiro e o segundo setores operam com dinheiro, como se o terceiro setor pudesse renunciar a este instrumento.

O TERCEIRO SETOR NESTE CONTEXTO (novo arranjo institucional)



Fonte: www.terceirosetor.org.br

O que caracteriza cada setor em face dos recursos financeiros é o seguinte:

Primeiro Setor: dinheiro público para fins públicos;

Segundo Setor: dinheiro privado para fins privados;

Terceiro Setor: dinheiro privado para fins públicos (nada impede, todavia, que o poder público destine verbas para o Terceiro Setor, pois é seu dever promover a solidariedade social). Este setor movimentava mais de um trilhão de dólares por ano, o que o coloca na posição de oitava economia mundial, se comparado ao PIB das nações mais ricas. (<http://www.terceirosetor.org.br>)

Voluntariado, iniciativas beneficentes, cooperativismo, independência, humanismo, etc. são diversos nomes com os quais muitas vezes chamamos as práticas do Terceiro Setor.

O poder de influência do Terceiro Setor é, como se vê, importante, inclusive porque parte das mudanças sociais mais significativas dos últimos tempos foram obtidas graças à criação e trabalho de suas organizações.

Sobre o Terceiro Setor, pode-se dizer que o mesmo surgiu a partir da falência do *Estado de Bem-Estar Social*; que era até então, o principal provedor de serviços sociais. Este reúne em si um conjunto de organizações da sociedade

civil, de direito privado, sem fins lucrativos e desenvolve a ação de sujeitos sociais diversos, diferentes entre si e muitas vezes antagônicos, como a filantropia, os movimentos sociais, as associações comunitárias... Entre estes e outros é que se configura a presença das Organizações não Governamentais, como uma facção pertinente ao Terceiro Setor.

O Profissional do Serviço Social tem sido cada vez mais requisitado para atuar junto ao Terceiro Setor, sobretudo nas Organizações não Governamentais. Sua ação profissional no interior dessas organizações, requer uma postura ético-político – definida através do Código de Ética - e um consistente embasamento teórico-metodológico que possibilite a este profissional trabalhar a questão social nas suas múltiplas expressões (saúde, educação, violência, luta pela terra, preservação ambiental, questões trabalhistas, dentre outros), resultantes do processo de desenvolvimento que no seu bojo produziu , segundo Tenório (1999: 11), o

Aumento da pobreza, da violência, de doenças e da população ambiental, além de conflitos religiosos, étnicos, sociais e políticos.

Diante desse quadro e das suas competências o profissional de Serviço Social atua como mediador entre as ONG's e os seus usuários, na construção de seus objetivos e no atendimento das demandas desse setor. Desenvolve nessa categoria, serviços de assessoria, coordenação, planejamento, consultoria, constituindo-se num profissional conhecedor da realidade social e de direitos, que analisa, pesquisa e é capaz de decifrar esta mesma realidade, tanto no âmbito geral , quanto em suas manifestações diárias. Outro perfil é de um profissional qualificado na execução, gestão e formulação de políticas sociais propositiva, que

pensa e repensa o seu fazer profissional; a fim de que possa – no âmbito de suas ações – estar buscando a resolução das demandas que originam a sua intervenção profissional.

No que diz respeito aos resultados, esses normalmente não aparecem como algo concreto, palpável, uma vez que o Serviço Social trabalha muito com a questão de valores, direitos, influenciando o modo de pensar, viver e de se posicionar de seus usuários e isso se dá através da socialização de idéias referentes aos direitos sociais e, por conseguinte, do seu acesso.

No interior de uma ONG – bem como nos demais setores em que se insere o Serviço Social – o objeto de trabalho deste profissional é sempre a necessidade que deu origem a uma intervenção profissional, nunca a pessoa em si. Deste modo, são vários os instrumentos que possibilitam ao assistente social estar intervindo em seu objeto de trabalho dos quais destacam-se: o conhecimento (base teórica-metodológica que possibilite a compreensão da realidade); das condições institucionais e das políticas sociais, uma vez que o assistente social não atua sozinho e necessita de meios financeiros, técnicos e humanos a fim de dar encaminhamento ao seu trabalho que o embasa para definir a intervenção planejada onde para tal se apropria de instrumentais técnico-operativos, que consiste em planos, projetos, programas, entrevistas, reuniões, visitas domiciliares, observações de campo, pareceres sociais, encaminhamentos, estudos de caso, etc., e da avaliação dessa ação em desenvolvimento, qualificando sua eficiência e eficácia para continuidade dos seus projetos de intervenção, diante das expectativas postas pelos usuários e o próprio projeto institucional.

Capítulo II: O Projeto de Intervenção: Uma Proposta para além da Assistência Social

2.1 Antecedentes do Projeto

O Centro de Assistência Social (CAS) da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS) atende diariamente 250 crianças e adolescentes empobrecidas da Grande Florianópolis e busca referência em suas ações. Em seu contexto mais amplo, o trabalho realizado reflete na vida das famílias das crianças atendidas, bem como, das comunidades nas quais estão inseridas.

Entendendo a importância do trabalho desenvolvido, de acordo com WEISS, percebe-se a cada dia uma maior demanda pelos serviços prestados, portanto, faz-se necessário criar alternativas de atendimento. Por outro lado, como já foi constatado e previsto no Planejamento Estratégico 2001/2005, faz-se necessária uma revisão na forma como esta prestação de serviço vem acontecendo. Esta revisão passaria por dois aspectos: 1º localização de serviços prestados; 2º ampliação do número e da oferta de serviços.

O primeiro aspecto, se prendeu ao fato que geograficamente o CAS da AEBAS encontra-se distanciado das Comunidades com as quais atua, o que ocasiona sérias dificuldades para um trabalho mais específico, mais presente na vida destas Comunidades. Para tanto, era necessário pensar no deslocamento dos serviços para dentro das Comunidades atendidas que são elas: Abraão, Balneário, Barreiros, Bairro de Fátima, Capoeiras, Coloninha, Estreito, Jardim

Atlântico, Jardim Zanellato, Monte Cristo, Chico Mendes, Palhoça, Promorar, Procasa, Ponta do Leal, Sapé, Santa Terezinha, Santos Dumont, Rio Tavares e Vila São João.

Para ARCOVERDE (1985), no Brasil, o interesse pelo termo comunidade é registrado a partir de 1936, quando realizou-se o primeiro levantamento sistemático de padrão de vida de um grupo de famílias de trabalhadores em São Paulo. Desde então, vem sendo conceituado e adotado, na âmbito do Serviço Social e das Ciências Sociais, segundo interpretações que variam a partir da ideologia dominante e dos pressupostos teórico-metodológicos, nessa área. Uns entendem comunidade como localidade ou área geográfica, quando toma como referência os limites geográficos ou a influência dos fatores físicos sobre as relações sociais. Também se fala de comunidade como estrutura social de grupo e, nesse caso se estudam as instituições do grupo, os problemas de papel, "status" e classe social, ou seja, comunidade definida como um conjunto de relações sociais.

Quanto a ampliação do número e da oferta de serviços, percebe-se a crescente demanda pelos serviços hoje prestados, na faixa de 7 a 16 anos. O município de Florianópolis tem a demanda atual de 17.000 crianças e adolescentes contra um atendimento de 3.000 na rede pública e privada. Esses números demonstram a necessidade de que novas frentes de trabalho sejam abertas para atender tal demanda.

Por outro lado, uma revisão de que vem sendo feita nos últimos 22 anos pela própria realidade na qual a instituição está inserida, aponta para a necessidade de um trabalho mais específico com as famílias, trabalho este, que resulte na autonomia, buscando a quebra do vínculo vicioso da marginalização e miséria, fazendo assim necessário, primeiro o conhecimento de estratégias de atuação que alcancem estes resultados.

A idéia é descentralizar as ações do Centro de Assistência Social (CAS) para contribuir na maior proximidade: instituição X comunidade X família e

elaborar pautas para intervenção mais eficaz e condizente à realidade de cada comunidade. Na implantação destas novas formas de trabalho, o foco será sempre a criança e o adolescente, porém serão desenvolvidas ações que agreguem valor e recurso para a sustentabilidade das comunidades nas quais o trabalho for inserido.

Os objetivos do Projeto de Descentralização das Atividades do CAS da AEBAS eram:

- ✓ Elucidar questões acerca de direitos e responsabilidades enquanto sujeito social;
- ✓ Conhecer a realidade das famílias através da pesquisa;
- ✓ Desenvolver estratégias de captação de recursos;
- ✓ Estabelecer parcerias com a sociedade civil e comunitária;
- ✓ Encaminhar a recursos comunitários em caso de violência, drogas, atendimento psicológico, fonoaudiologia, entre outros;
- ✓ Proporcionar caminhos para o enfrentamento das crises familiares;
- ✓ Proporcionar o acesso à educação, cultura e lazer às crianças e adolescentes que são atendidas no Centro de Assistência Social.

Para a consecução do projeto desenvolveu-se um estudo das comunidades as quais o CAS atende e em seguida mapeou-se as possíveis lideranças no intuito de firmá-los parceiros no levantamento das necessidades das comunidades para concretizar a pesquisa foram entrevistados seis líderes das vinte comunidades das quais as famílias atendidas pelo CAS da AEBAS fazem parte. Por meio do material de pesquisa, foi feito um estudo que para DEMO (1991) em sua tarefa de descobrir e criar, necessita, num primeiro momento

questionar. Esse questionamento é que nos permite ultrapassar a simples descoberta e por meio da criatividade, produzir conhecimentos.

Assim que, todas as entrevistas estivessem concluídas e as demandas levantadas pelos líderes comunitários estivesse sido elencadas, as famílias foram contatadas para afim de confrontarem as demandas elencadas pelos líderes e famílias.

As leituras de relatórios e as próprias reuniões com as famílias serviram para diagnosticar as necessidades advindas da realidade de cada comunidade.

Após um diagnóstico e já com todo o processo concluído as lideranças comunitárias foram chamadas para um novo encontro que esclareceria todo o trabalho feito até o momento.

As famílias foram separadas por grupos de bairros e chamados dois ou até três bairros uma vez por semana. A cada encontro com as famílias dos bairros atendidos pela AEBAS nessas reuniões , era esclarecido que aquele seria um trabalho longo, mas que o que estivesse ao alcance da instituição seria feito.

Conforme levantamento efetuado, baseado em entrevistas e relatórios de reuniões podemos verificar que as demandas levantadas foram:

- ✓ Ampliar o atendimento à nível de CEC;
- ✓ Proporcionar atendimento psicológico para crianças da Educação Infantil;
- ✓ Estimular atividades que proporcionem prazer aos adolescentes também à nível de CEC;
- ✓ Promover cursos profissionalizantes para adolescentes tais como: informática e línguas e encaminhamento para o mercado de trabalho;

- ✓ Promover curso supletivo para adultos;
- ✓ Desenvolver curso de reciclagem de materiais;
- ✓ **Atividades com adultos (integrativo e grupo de apoio sócio familiar);**
- ✓ Promover cursos profissionalizantes nas áreas: Informática, Recepção, Auxiliar de corte e costura, cabeleireiro / manicure, Cozinha.

Diante de tais demandas, o Centro de Assistência Social (CAS) prioriza a consecução do Grupo de Apoio Sócio Familiar, face a perspectiva de realização com recursos materiais e técnicos já existentes na própria AEBAS.

2.2 O projeto do Grupo de Apoio Sócio-Familiar: Exigências de uma Prática Sócio-Educativa

Baseado nessas demandas, nasce o Projeto do Grupo de Apoio Sócio-Familiar do CAS da AEBAS que tem como objetivo geral promover qualidade de vida no contexto familiar, e como objetivos específicos: prestar atendimento a famílias que vivenciam conflitos; elaborar pautas de intervenção onde as mesmas serão construídas com os grupos familiares; encaminhar as famílias recursos comunitários de acordo com os devidos direitos; e, resgatar a importância e o papel de cada membro da família.

Tal projeto visa valorizar o papel da família que é o primeiro grupo social ao qual pertencemos. Nela eclodem conflitos os quais faz-se necessário serem trabalhados a fim de fortalecer o vínculo existente entre todos os membros.

As diferenças individuais são características positivas e inerentes a relacionamentos. Cada pessoa é única, possui sua história de vida, seu temperamento que conseqüentemente forma sua personalidade, isto é, ela se distingue nas suas diferenças que, por sua vez são a base do conflito.

Os conflitos familiares podem ser tanto positivos, quanto negativos. A forma negativa impede operar mudanças para níveis mais satisfatórios nas relações. O conflito pode ser positivo quando se busca o crescimento, pelo qual se tem o respeito pelas diferenças e o diálogo ocorre entre as pessoas de forma democrática.

Partindo da visão de família acima mencionada, procurar-se-á desenvolver ação com uma equipe interdisciplinar de profissionais priorizando a atenção integral à família conforme proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com o CONANDA – Conselho Nacional do Direitos da Crianças e dos Adolescentes – é fundamental interligar ações que envolvam famílias, comunidades, sociedade civil e o poder público. Todos são co-responsáveis pelo fortalecimento do vínculo familiar.

Para que tal projeto se desenvolva, tem-se como público alvo famílias de crianças e adolescentes que estejam inscritas no Centro de Assistência Social (CAS) da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS).

A justificativa é a existência de situações que no âmbito familiar tem se revelado em alguns problemas que demandam assistência, orientação e informação e que a AEBAS como instituição que atende ao segmento social da família, pode e deve estar oportunizando atenção e o projeto passa a ser um

referencial onde a família vai receber a atenção necessária na busca da resolução de seus problemas.

As ações ocorrem, por meio de uma equipe, de perfil interdisciplinar de profissionais, que buscam priorizar a atenção integral a família.

Num primeiro momento, a fim de se estruturar, estariam sendo priorizadas no atendimento em grupo, famílias de crianças que freqüentam as atividades do CAS da AEBAS.

A visão do trabalho é de que, à medida que os problemas vivenciados pela família forem detectados, buscar-se-á a solução dos mesmos em grupo com o objetivo de reintegrar a criança e/ou adolescente a sua família, fortalecendo seu vínculo.

A metodologia utilizada, primeiramente foi um reunião onde se desmistificou o projeto e a partir daí se elencou os interesses do grupo, buscando parcerias para a realização de palestras educativas e informativas.

As reuniões são quinzenais, feitas com profissionais e as famílias, onde se realizam às palestras com aplicações de dinâmicas de grupo. O número de participantes não excede a quinze pessoas face a sua característica. São organizadas pelo Serviço Social e conta com a participação de uma equipe técnica voluntária. Em todas as reuniões ao final são realizadas avaliações da mesma.

2.3 A Abordagem Grupal como Escolha Metodológica

A escolha metodológica da perspectiva pichoniana ocorreu por alguns motivos: a primeira razão é o fato de o autor levar em conta que o indivíduo (no contexto da família) está inserido no meio sociodinâmico, psicossocial e institucional.

Outro fator é que as populações menos favorecidas tem pouco espaço para discutir suas relações e vínculos familiares. Assim, tornou-se necessária uma teoria que levasse em conta essa realidade.

O terceiro e último fator, diz respeito à noção de tarefa, que permite que as famílias coloquem no centro de sua vivência grupal questões cruciais que afetam seus relacionamentos.

Em muitos casos os grupos de famílias tem sido denominado de grupo multifamílias; que trata de um encontro de famílias que compartilham de várias problemáticas, que algumas vezes coincidem, por meio de encontros, criam um espaço terapêutico que permite uma troca de experiências marcado pela solidariedade e ajuda mútua.

As famílias trazem suas angústias, frustrações e sofrimentos, ao mesmo tempo que interagem no sentido de minimizá-las ou superá-las, demonstrando através das experiências vividas.

Momentos da experiência com o grupo de Apoio Sócio Familiar no CAS da AEBAS, serão citadas à seguir:

1º Momento)

Preparação do Projeto de divulgação feita através de cartazes dispostos na dependências do CAS da AEBAS; pelas educadoras, que tiveram o cuidado de informar cada mãe sobre o Projeto; e, folhetos enviados as mães.

2º Momento)

A primeira reunião propriamente dita seguiu o seguinte roteiro:

- a) em uma das salas do CAS da AEBAS, a estagiária do Serviço Social desmistificou o projeto, bem como a importância do mesmo. Em seguida, propôs alguns temas, mas deixando os participantes bem livres para elencarem novos temas;
- b) na ordem seguinte, o grupo estipulou que as reuniões serão realizadas quinzenalmente, com no máximo quinze pessoas e duração média de quarenta e cinco minutos a uma hora. Terão sempre uma pessoa que discorrerá sobre o tema e um coordenador, que no caso será o Assistente Social ou estagiário do Serviço Social;
- c) o coordenador fará anotações para posteriores relatórios;
- d) após cada reunião o grupo discutirá o nível de aprendizagem e coerência do palestrante;
- e) caso necessário o palestrante será convidado novamente para novo encontro.

3º Momento)

Intervalo entre esta experiência e uma próxima a ser realizada.

Essa didática é interdisciplinar porque conta com palestrantes de várias áreas.

Na didática interdisciplinar exercem-se as funções de educar, de despertar interesse, de instruir e transmitir conhecimentos.

A função de um coordenador nesse grupo é muito importante, pois sua

[...finalidade é obter, dentro do grupo, uma comunicação que se mantenha ativa, ou seja, criadora... Esta compreende o estudo detalhado, em profundidade e no contexto global, de todos os aspectos de um problema, com o objetivo de ajudar a solucioná-lo de forma eficaz. Surge desta definição – e isto realmente é o mais importante – a necessidade de trabalhar em grupos formados por integrantes de diversas especialidades (heterogêneos) relacionadas ao problema que será estimulado. (PICHÓN-RIVIÈRE 1991: 91)

Capítulo III: O Processo Grupal: Alguns Conceitos e sua Abordagem pelo Serviço Social no Segmento da Família

3.1 Processo Grupal e o Serviço Social

É de conhecimento do senso comum que para que um grupo exista é necessário pelo menos duas pessoas. Não existe nenhuma pessoa normal que viva isolada das outras. Mas, com relação aos grupos, os mesmos necessitam da pluralidade de indivíduos para que se constituam.

O estudo com grupos iniciou com o método de “Classes Coletivas” pelo método americano J. Pratt. O método consistia em uma palestra ligada a área de higiene e cuidados pessoais, em seguida os pacientes podiam questionar sobre suas dúvidas. Seguindo esse método, foram criados os núcleos conhecidos hoje por AA (Alcoólicos Anônimos) e grupos de auto-ajuda, que se mantêm fiéis a esse modelo.

Quando um conjunto de pessoas se reúne constituindo um grupo chamamos de processo grupal. Ou seja, o movimento que esse grupo exerce enquanto fases e etapas.

Segundo RODRIGUES (1978: 37)

O trabalho com grupos vai requerer do profissional a aprendizagem, compreensão e um treino de percepção sobre os comportamentos dos grupos assim como sobre as forças internas e externas que operam nos mesmos e que, em última análise, se concretizam no processo grupal.

Em todo o grupo para que haja crescimento é necessário a integração e a comunicação aberta. Caso isso não aconteça o grupo não conseguirá integrar-se de modo completo. As pessoas devem estar dispostas a trabalhar com suas dificuldades, satisfazendo adequadamente os graus de necessidades interpessoais, que são: necessidades de inclusão, controle e afeição.

INCLUSÃO: Uma pessoa se sente incluída no grupo ao perceber que também contribui no processo de tomada de decisão, nesse momento ele se sente valorizado.

CONTROLE: Todos no grupo precisam definir suas responsabilidades.

AFEIÇÃO: É a necessidade de ser respeitado pelo grupo, de saber que é necessário e que irá fazer falta caso não esteja presente.

Os grupos passam por cinco momentos os quais descrevemos a seguir:

1) MOTIVAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO:

Um dos grandes problemas encontrados no Serviço Social é o desânimo das dificuldades na mobilização dos usuários. A motivação é peça fundamental no processo de participação de um grupo, e necessita, para ser eficaz, que vá de encontro as necessidades e interesses do usuário. Segundo RODRIGUES (1978:43):

Este processo motivacional precede a formação do grupo devendo intensificar-se nas primeiras reuniões, sem deixar, no entanto, de estar presente durante todos os momentos do processo grupal.

2) A FORMAÇÃO DO GRUPO E AS PRIMEIRAS REUNIÕES:

Nesse segundo momento os participantes de uma primeira reunião de grupo podem-se mostrar de duas formas: ou muito normais, na expectativa de

que realmente aquele grupo sugerido irá suprir seus interesses; ou, falante demais, como que em um estado de euforia.

Isso é comum pelo fato de estarem colocando suas necessidades para um grupo, em virtude de que posteriormente essas necessidades serão satisfeitas.

O papel do Assistente Social nesse momento é o de criar um clima de afetividade e confiança que facilite a participação.

3) A SEGURANÇA DO GRUPO LEVA A ESPONTANEIDADE:

Para que o grupo amadureça e cresça ele precisa lidar com conflitos e desentendimentos que se criam com o próprio convívio. Segundo RODRIGUES (1978: 44-45):

[... o Assistente Social deve levar o grupo a perceber e avaliar atitudes que impeçam o bom funcionamento e crescimento do mesmo... O Assistente Social deve aproveitar este momento para ajudar o grupo a aprender a discutir, concluir e decidir. Deve propiciar ao grupo a possibilidade de levantar e analisar cada problema surgido ('o que', 'como', 'porque', 'quando'), a explorar todas as alternativas de soluções e saber optar pela mais adequada.

4) O GRUPO MAIS MADURO É CAPAZ DE ASSUMIR ATITUDES SOLIDÁRIAS, COMPLEMENTARES E INTEGRATIVAS:

Nesse momento o grupo já está bem amadurecido, com suas idéias e questões definidas. A comunicação é fundamental e gera relações mais abertas e verdadeiras pelo fato de não estarem em posições defensivas e individualistas. Alcançando uma maior integração.

3.2 Grupos e o Meio Familiar

Nascemos, crescemos e nessa vivência somos participantes da vida em grupo, seja em família, na escola, entre amigos, no trabalho, entre outros.

No entanto, cada indivíduo tem por característica funcional diferenças biológicas, físicas e psicológicas. Essas diferenças são fundamentais para que cada um defina seu papel influenciando e se convertendo numa influência integral definindo por conseguinte os papéis dos demais indivíduos que integram seu meio social, ou seja, cada qual com sua particularidade contribui para um equilíbrio social.

Assim sendo, a família só pode funcionar se cada um tiver a garantia de que sua diferença será respeitada. Caso contrário, segundo PICHÓN-RIVIÈRE (1991: 41):

[... ainda que isso ocorra por parte de um só membro do grupo, modifica-se a configuração essencial que condiciona a vida normal, criando-se um estado de confusão e caos.

A família como grupo pode ser analisada em três diferentes pontos de vista.

- 1) **PSICOLÓGICO OU PSICOSSOCIAL:** os problemas típicos seriam: a conduta que o indivíduo tem com o seu grupo familiar, as agressões e submissões em relação as autoridades, o ingresso de um novo membro na família.
- 2) **DINÂMICA DE GRUPO OU SOCIODINÂMICO:** os problemas típicos seriam: perigos externos, morte ou entrada de um novo membro.

- 3) INSTITUCIONAL: a família se estrutura de diversas formas, e devido a mudanças na estrutura familiar por meio de crises econômicas, guerras, etc., pode-se também ocasionar um estado de confusão e caos.

De acordo com PICHÓN-RIVIÈRE (1991: 42):

Tendo definido a família como estrutura social básica, que se configura pelo interjogo de papéis diferenciados (pai, mãe e filhos), e enunciado os níveis ou dimensões comprometidos em sua análise, podemos afirmar que a família é o modelo natural da situação de interação grupal.

Dessa forma, o indivíduo supostamente doente projeta aos demais que algo com o grupo familiar não vai bem. Consequentemente o tratamento deve ser baseado não só no indivíduo considerado doente por projetar o problema do todo, mas sim, com o grupo familiar inteiro, trabalhando cada qual seu papel dentro do âmbito familiar.

Para ZIMERMAN e OSÓRIO (1997: 75):

[... a classificação geral dos grupos, fundamentada nos critérios das suas finalidades, dividi-se em dois grandes ramos: operativos e psicoterápicos.

Seguiremos dando ênfase aos grupos operativos, baseado nos estudos de Pichón-Rivièrè. Esses grupos cobrem os seguintes campos: ensino-aprendizagem, institucionais, comunitários e terapêuticos.

Segundo a perspectiva pichoniana o grupo operativo deve ser formado por um conjunto limitado de pessoas (de dez a quinze integrantes) em um mesmo espaço no mesmo tempo constituindo a consecução de uma tarefa. (Pichón, 1991)

O grupo operativo é centrado na tarefa. O “aprender” é o motivo que faz com que as pessoas se reünam; a tarefa é o instrumento para a aprendizagem.

As finalidades e propósitos dos grupos operativos podem ser resumidos dizendo-se que sua atividade está centrada na mobilização de estruturas, estereotipadas por causa do montante de ansiedade despertada por toda mudança...No grupo operativo, o esclarecimento, a comunicação, a aprendizagem e a resolução de tarefas coincidem com a cura, criando-se assim um novo esquema referencial.

(PICHÓN-RIVIÈRE 1991: 98)

O trabalho com grupos no Serviço Social teve influência das ciências sociais especialmente da sociologia e da pedagogia. Dentro do enfoque em grupos no Serviço Social podemos observá-los sobre três ângulos diferentes:

- 1) o primeiro que as pessoas que recebem o serviço em grupos são indivíduos que apresentam problemas sociais evidentes, relacionados com o desenvolvimento de papéis sociais convencionais. As pessoas que a caracterizam como usuárias seriam os indivíduos com limitações físicas ou mentais, infratores de leis, perturbados emocionais, pessoas solitárias ou marginalizadas, etc.;
- 2) o segundo, se prende ao fato de que para que os indivíduos melhorem a sua atuação social, devem ter experiências de grupo para enfrentarem, de modo mais eficaz, seus problemas pessoais. Nesse segundo ângulo, observa-se que o papel do Serviço Social, é próximo ao psiquiatra e até pode ser chamado de terapia de grupo. Além disso, o Serviço Social visa à melhoria do funcionamento pessoal e social, prioritariamente;
- 3) O terceiro trabalha através da recriação orientação a crianças e adolescentes que de outro modo podem se desajustar.

Como em todo tratamento, deve-se levar em conta dois objetivos: solucionar problemas e levar o indivíduo, enquanto grupo, ao seu

desenvolvimento, para que dessa forma utilize de seus próprios recursos em caso de transtorno.

Segundo RODRIGUES (1978: 16-17):

O assistente social tem um papel de orientador já que, ao compreender as necessidades de um grupo e dos indivíduos que o integram, deve prestar ajuda, guiando ou orientando o processo para que o próprio grupo atinja a satisfação destas necessidades. Nesse sentido, o assistente social orienta o grupo para:

- organizar-se como tal, impulsionando os membros a pensar, sentir e atuar com consciência de grupo;
- determinar, com precisão, seus objetivos e organizar um programa, encontrando os meios para que os membros se lancem à ação;
- estruturar situações que favoreçam a integração;
- descobrir os recursos potenciais de cada membro;
- compreender suas próprias capacidades e limitações, para que possa tomar decisões de acordo com seu nível de desenvolvimento;
- reconhecer, enfrentar e solucionar seus problemas internos;
- integrar-se no programa da instituição e projetar sua ação na comunidade;
- avaliar seu processo;
- estabelecer relações positivas com grupos.

É preciso salientar que existe uma distinção entre o trabalho do Serviço Social com grupo e o trabalho com a comunidade, quando se fala em grupos . O primeiro baseia-se na teoria psico-dinâmica e o segundo na teoria sócio-cultural.

O assistente social que trabalha com um grupo tenta fazer com que o mesmo solucione seus problemas. Já o assistente social que trabalha com a comunidade leva o grupo a uma reflexão do problema e o próprio em um acordo resolve por si mesmo.

A seguir utilizaremos um esquema construído por RODRIGUES (1978: 59)

para explicar a didática e o modo de atuação do Serviço Social com grupos:

ETAPAS DO MÉTODO BÁSICO DO SERVIÇO SOCIAL	ESPECIFICAÇÃO PROCESSUAL	INSTRUMENTAL TÉCNICO
<i>Investigação-Diagnóstico</i>	<p>1. <i>Investigação preliminar não é feita sobre o grupo concreto de intervenção, mas sobre uma clientela referencial no grupo a ser formado.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Etapa de divulgação é motivação.</i> - <i>Recepção, triagem e formação de grupos.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Consulta a fontes de dados secundários (levantamento de dados em relatórios de instituições, textos, etc.).</i> - <i>Pesquisa de amostragem.</i> - <i>outros recursos.</i>
	<p>2. <i>Elementos de investigação diagnóstica no grupo em formação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>dados de identificação pessoal e grupal;</i> - <i>dinâmica grupal: configuração do relacionamento grupal, liderança, papéis, valores...</i> - <i>necessidades individuais e grupais expressas e não expressas;</i> - <i>movimentações;</i> - <i>resistências e facilidades à mudança;</i> - <i>graus de comunicação ou integração dos indivíduos no grupo no contexto maior;</i> - <i>atitudes individuais e grupais a reforçar ou operar mudanças.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Técnicas de divulgação e motivacionais para formação de grupos ou entrevistas de encaminhamentos para o grupo;</i> - <i>Entrevista inicial e/ou só reuniões;</i> - <i>Na reunião:</i> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>técnicas que produzem conhecimentos entre os membros do grupo;</i> 2. <i>técnicas de esquentamento que levem o grupo a autoconfiança e diminuam tensões;</i> 3. <i>técnicas projetivas que permitam a emergência das necessidades grupais.</i>
<i>Intervenção</i>	<p>3. <i>Montagem do plano de intervenção:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>definição de objetivos, atividades, conteúdo programático..., a partir das variáveis significativas, levantadas na investigação diagnóstica.</i> - <i>Medidas de controle e avaliação.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>programa de atividades;</i> - <i>técnicas de desenvolvimento da participação;</i> - <i>técnicas de desenvolvimento da criatividade grupal;</i>
	<p>4. <i>Execução do plano</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>técnica de apoio;</i> - <i>técnicas de desenvolvimento do comportamento grupal</i>

	<p>5. Aferição ou avaliação dos resultados obtidos</p>	<p>(coesão, integração)... - técnicas que levem o grupo à descoberta do seu mundo pessoal, grupal e comunitário; técnicas de clarificação grupal.</p> <p>- os instrumentos dessa fase são os de controle utilizados durante todo o processo: documentação, observação, preenchimento de fichas de controle, sociograma e outros; - auto-avaliação grupal; - avaliação do assistente social.</p>
--	--	---

RODRIGUES (1978: 59)

O profissional do Serviço Social no papel de monitor do grupo deve fundamentar seu trabalho em atitudes e habilidades que se transformarão em ações e intervenções. A habilidade deve ser considerada o conduto que sustenta a qualidade da ação e as atitudes como o condutor que levam a um resultado satisfatório.

As formas de atuação em grupos no Serviço Social se dividem em duas vertentes:

A Orientação Não-Diretiva: tem como fundamento que, o monitor deve ter interesse em facilitar o desenvolvimento do grupo e de ajudá-lo a alcançar seus próprios objetivos.

A Orientação Diretiva: Segundo RODRIGUES (1978: 68):

[... o monitor, segue alguns passos que orientam sua ação grupal, de modo genérico, quais sejam:

- dirige a sessão grupal;
- seleciona os tópicos a serem discutidos;
- define os problemas;

- descobre as causas;
- sugere soluções e planos de ação;
- baseia-se no diagnóstico e prognóstico do grupo e da situação para orientação da ação.

Vemos como principal diferença que na orientação diretiva a mudança é controlada e se dá de “fora” para “dentro”. Na não-diretiva a mudança emerge do grupo, ou seja, em um movimento contrário a orientação diretiva.

A Associação Evangélica de Assistência Social tem como objetivo principal selar pela cidadania plena das crianças e adolescentes que são atendidas diariamente pelo Centro de Assistência Social (CAS). Para que a mesma usufrua dessa cidadania plena é necessário que tenha garantido seus mínimos, e que a mesma seja vista como participante de um contexto, no qual um conflito negativo possa dificultar toda sua trajetória de crescimento.

Assim sendo, nos próximos pontos trabalharemos a questão não só da criança e sua caminhada histórica, mas também da família a qual a mesma se insere. Visto que, percebemos que a criança faz parte de um conjunto e que deve ser trabalhado como um todo, e não como um fragmento.

3.2.1 História Social da Criança e da Família

Até por volta do século XVII, as crianças eram vistas como adultos em miniatura, não existia o sentimento de infância, nem tampouco um sentimento de família. A infância começa a ser descoberta a partir do século XIII, mas é somente a partir do século XVI e durante o século XVII que seus sinais começam a ficar evidentes.

A ausência da representação de crianças na arte é o que evidencia o seu papel no decorrer dos séculos. Até o final do século XIII essa representação é bem distante da realidade. A criança é representada como um adulto em tamanho menor, com feições de adulto, músculos e sem nenhuma expressão corporal. Somente a partir do século XIII é que começam as representações mais realistas, como é o caso das pinturas que contém anjos, o menino Jesus e a criança nua.

Segundo a Apostila do Curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de direitos de Santa Catarina (1999: 10):

Somente no século XVII é que se atribuiu a criança uma particularidade; começou-se a dar importância a sua alma e personalidade, uma consequência direta da cristianização dos costumes.

Dessa forma, a Igreja pode criar um medo infantil que perdurará por toda a vida dessa criança, não precisando converter tantos adultos (o que era mais difícil) já que as crianças já estavam sendo trabalhadas desde tenra idade.

Não só pela arte, mas também através dos trajes podemos perceber o significado da infância no decorrer dos séculos. Até o século XVII a criança se vestia como os adultos da época. Somente após este século é que, pelo menos as crianças ditas "de boas famílias", começaram a usar trajes mais leves, folgados e confortáveis. Mas esse uso de trajes diferentes, por muito tempo se limitou apenas aos meninos. As meninas, assim que começavam a andar eram vestidas como as mulheres da época.

No que diz respeito aos jogos e brincadeiras, até o século XVII a criança participava de festas, jogos de cartas, jogos de rifas, disputados a dinheiro; enquanto que os adultos brincavam de cabra-cega, brincadeiras de roda, bola de

neve, etc. Demonstrando que durante muito tempo não houve distinção entre os jogos reservados às crianças e aos adultos.

De acordo com a Apostila do Curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de direitos de Santa Catarina (1999: 11)

Do século XVII ao XVIII, quando surge um sentimento de infância e há toda uma preocupação com a moralidade e a educação das crianças, é que se passa a proibir às crianças os jogos maus, como os de azar, e recomenda-lhes os jogos bons. Foi assim que os jesuítas introduziram os jogos educativos nos colégios e os médicos, os exercícios físicos.

Também analisando a concepção de sexualidade infantil percebemos que até o fim do século XVI havia uma prática familiar de associar a criança às brincadeiras sexuais dos adultos.

Somente no século XVII, a criança passa a significar um reflexo da pureza divina o que colocava a educação como a maior das obrigações humanas. Um desses novos princípios era que se evitasse ao máximo mimá-las demais, para habituá-las a seriedade, uma reação contra a paparicação. Os educadores nessa época compreenderam a necessidade de instituições especiais de educação para sua formação moral e social. Nesse contexto, o colégio moderno passa a ser uma instituição complexa, que tinha como função além do ensino a vigilância e o enquadramento da juventude, separando de vez a criança do mundo do adulto.

Já no que diz respeito ao sentimento de família, caracterizado pela intimidade e afetividade entre seus membros, só nasceu a partir do século XV e se desenvolveu até o século XVIII. Até o século XVI é praticamente nulo, nas pinturas e na arte em geral, cenas de família. O que se vê são multidões que reuniam crianças, vizinhos; ou seja, uma infinidade de pessoas que se conheciam e tinham uma relação de amizade.

Segundo a Apostila do Curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de direitos de Santa Catarina (1999: 13):

A função da família era apenas a transmissão da vida, dos bens e dos nomes. Não havia muito ainda com respeito a sensibilidade e afetividade que caracteriza a família moderna.

Toda a preocupação com a educação passou a existir a partir do século XVIII, fazendo com que a família passasse a Ter responsabilidade pela formação dos corpos e das almas. Dessa forma, inicia-se o processo de modificação das relações familiares com o aparecimento da escola, que até então era tarefa para padres, monges, etc. A “ida” para a escola contribuiu para a construção de novas formas de relação no interior da família.

Ainda, de acordo com a Apostila do Curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de direitos de Santa Catarina (1999: 13)

A conseqüência direta do sentimento de família, foi a retração da sociabilidade, isto é, da vida pública, das relações de vizinhança, de amizade e de tradições.

Segundo RIBEIRO (1999: 11):

O ideal de família, conjugal moderno, ou seja, o grupo nuclear burguês (pai, mãe e filhos) vivendo na mesma casa, é uma forma de família que emergiu intrinsecamente, associada ao advento da Revolução Francesa e o desenvolvimento da indústria moderna.

A partir do século XVIII, a concepção dominante no Ocidente é a família no qual a mãe é a figura dedicada ao lar e o pai o provedor, o sustentador financeiro do lar.

É ao longo do século XX que o modelo de família predominante até então passa a entrar em crise. A instituição familiar acompanha o movimento e as mudanças da história geral. Os valores conjugais vão se alterando. A falta do

casamento religioso ou mesmo o casamento legal não são impeditivos para uma união estável.

Além disso, outros fatores contribuíram para essas mudanças na estrutura da família, como a saída da mulher do espaço privado, os movimento feministas, associados aos demais movimentos das minorias raciais.

As mudanças não significam uma crise que ameaça a vida da família, mas modifica os arranjos e as relações nesse espaço.

Nesse âmbito, com todas as mudanças dos arranjos familiares, podemos definir família como um grupo concreto composto por um número de pessoas ligadas por consangüinidade (ou não), aliança e/ou afinidade.

Segundo KALOUSTIAN apud RIBEIRO (1999: 17)

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou forma como vêm se estruturando.

Ou seja, independe do arranjo que a família tem, o importante é que de qualquer forma essas garantias sejam supridas.

3.2.2 As Transformações no Meio Familiar

Segundo MIOTO (1997: 120):

As mudanças na relação entre homem e mulher levaram inclusive à transformação do caráter do vínculo, ou seja, quando se instituiu a possibilidade de dissoluções do casamento, a relação homem/mulher deixou de ter o caráter de eternidade para ter o de temporalidade.

Se por um lado, a algum tempo atrás, a família era vista como indissolúvel, hoje esta prática tornou-se instável e cada vez mais heterogênea.

A família antes de ser uma instituição intocável, é movimento e tem seu ritmo próprio, ela sofre o impacto direto do processo de transformação social e caminha lado a lado com os movimentos históricos. Ela é construída de uma prática que se faz à medida que tais modelos de referência vão sendo postos.

De acordo com VAITSMANN (1994: 187):

Se atitude pós-moderna não destrói o passado, mais ao invés disso faz com que ele conviva com o presente, de um modo que não é inocente... Na afirmação da diferença compreendida como diversidade, as práticas, afetivo-sexuais e os papéis no casamento e na família adquirem múltiplas significações.

O mundo familiar é uma constante mudança, e a forma com que as famílias vão lidar com essas diversidades e mudanças nos seus cotidianos, deriva de cada solução que elas precisarão encontrar para cada dificuldade que o dia-a-dia irá trazer.

Os impasses, conflitos e angústias entre esta geração e as gerações anteriores reconstrõem a “família” das próximas descendências.

No que se refere as famílias hoje, percebemos um rearranjo, no sentido de que, casais vindos de casamentos rompidos, procuram reconstruir os vínculos e responsabilidades fraternais, assim como as relações de amizade. Dessa forma a família amplia-se. Os filhos destes, de outro casamento, são também netos, não de sangue mas de coração.

Assim, segundo GUIDDENS (1993: 109):

Na sociedade da separação e do divórcio, a família nuclear gera uma diversidade de novos laços de parentesco associada, por exemplo, às chamadas famílias recombinadas. Entretanto, a natureza desses laços modifica-se à medida que estão sujeitos a uma negociação maior que a anterior.

3.2.3 Considerações sobre Viver em Família na Perspectiva da relação Homem/Mulher

Durante muito tempo, estudiosos associavam as relações “homem e mulher”, a papéis sexuais, o masculino, e o feminino. Caindo na mesmice na qual as mulheres são dominadas e submissas aos homens opressores.

Foi a partir do movimento feminista que a construção do entendimento volta-se para as mulheres. Trazendo a história a concepção não só dos “grandes” homens, mas também das “grandes” mulheres.

É nesse contexto que a visão de gênero se amplia para relações de classe, raça, etc., além das relações de sexo. Caracterizando os indivíduos como múltiplos e contraditórios.

Assim a mulher começa a ser vista como igual nos direitos, autonomia e liberdade, pensando e construindo novas transformações para seu meio, já que a partir daí começa a trabalhar e ter uma vida mais individual, sem ter que depender do “sexo masculino” para protegê-la.

Diante das novas condições emergentes, vão se modificando as relações de gênero, explodindo o conflito entre o individual e o coletivo na família.

Este conflito se evidencia de duas formas: a primeira, que para alguns, as questões de gênero provocam impasses, conflitos, disputa de poder e instabilidade emocional para todos os envolvidos; segundo, para outros na fala de RIBEIRO (1999: 34):

[...essas questões já não são tão conflituosas, pois observam que as diferenças culturais diante do aprendizado construído na relação, implicam o exercício de respeitar os direitos de liberdade e igualdade, as crenças e valores um do outro.

Observa-se, ainda, que, para o homem, esse processo também é dolorido e conflituoso. Abandonar certas formas de pensar e agir, tendo aprender, que dividir, valorizar sentimentos; esse é um processo cheio de contradições.

Hoje, não é possível pensar uma família, e sim famílias no plural. A estrutura pode variar desde um casal sem filhos até aos casais com filhos de um casamento ou de tantos outros. Segundo RIBEIRO (1999: 37):

Pode-se também conceber família vivendo no mesmo espaço ou em espaços separados.

Essas relações conflituosas, constróem outras práticas alicerçadas em princípios; que se traduzem em responsabilidades domésticas que hoje não são mais atribuições exclusivas da mulher.

Para a autora:

[... no campo das rupturas, nem tudo ocorre na direção da superação das contradições. Situações ainda conflituosas existem e no grupo, aparecem como um impasse ainda sem soluções. São processos 'traumáticos' que têm caracterizado as separações conjugais, impossibilitando que no processo da reconstrução destas famílias, reformulem-se as relações com os ex-companheiros, condições que julgam necessária e de extrema importância para a educação dos filhos.

Por muito tempo o viver em família significou obediência e submissão. Hoje em dia, ainda podemos ver algumas dessas práticas na vida familiar; mas, é preciso lembrar que nem todas as famílias funcionam segundo essas regras e normas.

No mundo competitivo e ameaçador que vivemos, a busca por um espaço de "amor incondicional" se encontra no seio da família; um refúgio do mundo considerado estranho, competitivo e ameaçador.

A vida em família evidencia, que é um processo de renúncia, companheirismo, tolerância, satisfação sexual e segurança emocional. É um

espaço aberto para expressar sentimentos, chorar, ser feliz, ser adulto, ser criança, aprender com os outros, com os filhos, com parentes e amigos.

Segundo VELHO (1987: 85):

[... a família é por definição a essência da sociedade.

E ainda segundo RIBEIRO (1999:45):

O viver em família implica convivência dos 'velhos padrões', com a emergência dos 'novos padrões' culturais. Ao velho padrão associa-se mais comumente a homogeneidade e as relações de sangue do tipo, 'família é família e pronto', é natural, não se escolhe, se convive com ela. Já o novo implica a construção cotidiana, o heterogêneo, as relações de afinidade.

Nesse quadro geral, não há uniformidade, pois as famílias procuram uma forma de se acomodar, socializando novos valores, que vêm de seu contato com outros segmentos da sociedade. Existem modos culturais e momentos históricos que impõem que as pessoas se adaptem de alguma forma a elas. Segundo SZYMANSKY (2002: 17):

A estrutura familiar não é um determinante da forma como se dá a solicitude, ou do modo das pessoas cuidarem de sua relação numa família. Duas famílias com a mesma composição podem apresentar modos de relacionamento completamente diferentes. O que conta, são suas histórias, a classe social de pertencimento, a cultura familiar e sua organização significativa do mundo.

Pensando na família hoje, devemos considerar as mudanças que ocorrem na sociedade, as novas relações humanas, as formas como as pessoas estão cuidando de suas vidas familiares. Essas mudanças afetam a dinâmica familiar num todo, e de forma particular, ou seja, cada família conforme sua composição, história e participação social.

O modo de vida das famílias contemporâneas vêm se transformando, criando novas articulações, elaborando novos códigos, mas mantendo um padrão considerado básico.

No entanto, quando a família é submetida as condições mais adversas, constituindo um transtorno ao indivíduo pertencente a mesma, alguns fatores são inevitáveis. Segundo SZYMANSKY (2002: 22):

Ao mesmo tempo em que ocorrem as mudanças citadas, observa-se uma escalada na violência doméstica, ou, na verdade, maior visibilidade para um fenômeno que se mantinha entre quatro paredes, em nome da privacidade da vida familiar. Este tornar público um fenômeno escondido possibilitará não só seu estudo como o desenvolvimento de procedimentos de intervenção. Além disso, a aplicação de leis, como o ECA, permite que o Estado estenda sua proteção a crianças desprotegidas pelos segredos familiares.

A família, como núcleo de pesquisa, ao qual muitos já dissertaram sobre, é uma realidade a qual temos bastante intimidade, pois afinal de contas todos temos uma família, ou pelo menos, um modelo. Essa generalidade do conceito de família pode causar confusão entre a família com a qual trabalhamos e nossos próprios modelos de relação familiar. Nos remetemos a família do outro a partir do modelo de nossas próprias referências, de nossa própria história. O resultado disso é que tendemos a trabalhar com as famílias desconhecidas as diferenças, ou pior, em muitas situações transformamos essas diferenças em desigualdades.

Segundo SARTI apud VITALE (2002: 46):

Quando se lida com famílias, portanto, depara-se com uma primeira dificuldade, a de estranhar-se em relação a si mesmo. Como reação defensiva, há uma tendência a projetar a família com a qual nos identificamos – como idealização ou realidade vivida – no que é ou dever ser o que se passa a partir de outros pontos de vista.

O que caracteriza a vida em família, enfim, é a possibilidade de lidar com as adversidades do dia-a-dia, e a divergência entre os projetos de homens e mulheres, como também de pais e filhos. Isto explica a convivência entre visões de mundo conflitantes sobre a realidade, de onde vai imergir uma pluralidade dos estilos de vida, das estruturas que configuram os valores herdados do passado e os valores, que em decorrência dessas mudanças continuam intactos, na vida de pessoal e individual de cada um.

Em nome desses direitos individuais, criou-se políticas de atenção à infância, à mulher, ao idoso e tantos outros setores. No caso da não viscalização dessas políticas que visam a atenção integral à família, o que ocorre é o enfraquecimento do espaço familiar. E que Segundo RIBEIRO (1999: 46):

Apesar de não se ter criado nenhuma outra instituição que pudesse dar resposta a essa realidade continua-se, ainda hoje, a priorizar essas políticas setoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando este trabalho de conclusão de Curso, percebemos que nos grupos as comunicações entre as várias experiências se integram, se modificam, num sistema articulado, onde situações de envolvimento, troca, participação, comunicação e criatividade são presentes a todo momento.

O trabalho com grupos possibilita e contribui para a ampliação do conhecimento da realidade atual. Dessa forma, leva os profissionais e instituições a atuar de acordo com essa realidade.

Assim sendo, quando profissionais e instituições se dispõem a trabalhar junto aos grupos de famílias, para que não se sintam marginalizadas e deslocadas, é construída com eles uma nova concepção de família, onde o ponto principal é a existência de afetos, solidariedade e responsabilidade.

Enquanto os movimentos sociais encontram dificuldades em juntar as pessoas, o trabalho grupal não tem encontrado maiores problemas.

A possibilidade de estar no grupo favorece, a reconstrução de histórias de vida, e é o espaço de revelação dos sentimentos e emoções que se encontravam reprimidos, possibilitando acontecimentos e situações.

O investimento nesse trabalho se mostra um campo fértil para a recolocação da questão política, no pensar do exercício da vivência pública e exercício da cidadania plena.

Para finalizar, devemos observar como é importante a relação entre supervisor de campo e estagiário no processo de formação e crescimento do profissional.

BIBLIOGRAFIA

- * **ARCOVERDE**, Ana Cristina Brito, O coletivo Ilusório, Recife: ed. Universitária, 1985.
- * **ARIÉS**, P. História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.
- * **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – AEBAS**, Relatório de intervenção do estagiário na Instituição, Florianópolis, UFSC – semestre 2002/2, 2003.
- * **BARTSCH**, Kátia da Silva. **PIEPER**, Hilda. A busca de uma opção metodológica. UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 1983.
- * Constituição Federal de 1988.
- * Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90, Brasília: MPAS, 1995.
- * **FALEIROS**, Vicente de Paula. Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v.1, nº 02 Julho/Dezembro 2000. Brasília. ABPSS, Valci, 2000.
- * **FREITAS**, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari. In: Revista Serviço Social e Sociedade, 2002, ano XXIII, set., n.71.
- * **GUIDDENS**, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas, São Paulo: UNESP, 1993.

- * **GUIMARÃES**, Rosamélia Ferreira. Famílias: uma experiência em grupo. . In: Revista Serviço Social e Sociedade, 2002, ano XXIII, set., n.71.
- * **GOMES**, Simonia Aparecida. Mulher – Mãe – Trabalhadora: Desafios e perspectivas. UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 1992.
- * **KALLENBERGER**, Juscélia. O trabalho infanto-juvenil além do espaço institucional – AEBAS. UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 1995.
- * **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8742, de 07/12/1993 Diário Oficial de 1993, Brasília: MPAS, 1995.
- * **MACIEL**, Walery Luci da S. A valorização da pessoa humana. UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 1985.
- * **MIOTO**, Regina. Família e Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, 1997, ano XV, nov., n.55.
- * **PICHÓN-RIVIÈRE**, Enrique. O processo grupal. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991.
- * **PINTO**, Helena Cristina. Assistência Social e Filantropia no contexto da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS. UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 2002.
- * **RAMOS**, Magdalena. Introdução à Terapia Familiar, São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- * **RIBEIRO**, Maria Salete. A questão da família na atualidade. Florianópolis: Ed. Ioesco, 1999.
- * **RODRIGUES**, Maria Lúcia. O trabalho com Grupos e o Serviço Social, São Paulo: Ed. Cortez & Moraes, 1978.

- * **SILVA** Noemi Hilda da. O Desafio do Planejamento Familiar e o Serviço Social. UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 1994.
- * **STOLL**, Ana Cristina. **LIMAS**, Kátia Cristina. Experiências vivenciadas na construção do processo de socialização das crianças atendidas pela creche da AEBAS. UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 1997.
- * **SZYMANSKY**, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.) A Família contemporânea em debate. 2 ed. São Paulo, EDUC/Cortez, 1997.
- * _____ . Viver em família como experiências de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: Revista Serviço Social e Sociedade, 2002, ano XXIII, set., n.71.
- * **TENÓRIO**, Fernando G. Gestão de Ong's: Principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- * **VELHO**, Gilberto. Família e subjetividade. In: Pensando a família no Brasil da Colônia à Modernidade. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, UFRJ, 1987.
- * **VITALE**, Maria Amália Faller. Famílias Monoparentais: indagações. In: Revista Serviço Social e Sociedade, 2002, ano XXIII, set., n.71.
- * **WEISS**, Vanita. A voz da criança/adolescente no processo de separação – no EMAJ. UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 1998.
- * <http://www.abong.org.br> / acesso 15 de junho de 2003 às 13:30hs.
- * <http://www.terceirosetor.org.br> / acesso em 15 de junho de 2003 às 13:15 hs.